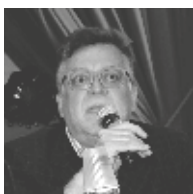




# O problema é o déficit de capitalismo

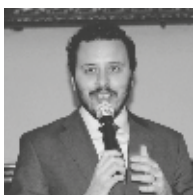
**Eduardo Fagnani**  
Doutor em Economia pela Unicamp, professor Instituto de Economia/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit/ IE-Unicamp). Coordenador da rede Plataforma Política Social ([www.plataformapoliticasocial.com](http://www.plataformapoliticasocial.com))



**Fabio Antônio Arruda**  
Diretor do Sindicato dos Previdenciários de São Paulo (Sinsprev/SP).



**Flavio Roberto Batista**  
Procurador na Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo e professor da Faculdade de Direito da USP e da Escola Paulista.



**Maria Lúcia Fattorelli**  
Contadora, fundadora da Associação Auditoria Cidadã da Dívida



**Antonio José de Arruda Rebouças**  
Advogado com especialização em Previdência Social e Direito do Trabalho



A pergunta que ficou sem resposta no debate sobre os superendividados na tarde do segundo dia do Congresso, sobre o real risco do brasileiro não conseguir se aposentar; ou para os que já recebem aposentadoria, de perderem o seu benefício, foi retomada na abertura do quarto dia, na mesa “A Previdência que Queremos”. A angústia do trabalhador, autor da questão, tem como origem principalmente o discurso que a mídia repercute de forma intensa, de que estamos construindo um déficit na previdência social do país, que levará o sistema ao colapso. E que por isso, ela precisa ser reformada.

“O problema do Brasil é o déficit de capitalismo, o déficit de democracia”, disse o economista Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Cesit e coordenador da Rede Plataforma de Política Social, e também um dos participantes da mesa. Eduardo diz que para existir capitalismo é preciso que exista consumo e para que exista consumo, é preciso uma força de trabalho educada, saudável, que tenha mobilidade e proteção na velhice. E que tenha renda, obviamente. “No Brasil, as nossas elites são tão ignorantes, que querem construir um capitalismo sem consumidor”, diz o professor.

“Nós continuamos forçando participantes da Previdência a pagar pela sua própria Previdência, o que é frontalmente contrário ao princípio constitucional da diversidade da base de financiamento”, disse o advogado Flávio Roberto Batista, professor da Faculdade de Direito da USP, que tratou do aspecto jurídico da questão do suposto déficit da previdência. “Quando se faz uma conta honesta, não existe déficit da Seguridade Social. Aliás, se existisse o déficit, como explicar a DRU? A Desvinculação da Receita da União? A mordida de 30%?”, pergunta a contadora, especialista em administração tributária, Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal aposentada, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, que também participou da mesa.

Além dos três pesquisadores, a mesa contou com Fábio Antônio Arruda, diretor do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo (Sinsprev/SP), que trouxe para o debate, o cenário de decadência e destruição em que se encontra o INSS hoje. “Alterações internas têm destruído o conceito de solidariedade e o conceito de humanidade, tanto do governo, como daqueles que trabalham no serviço público”, afirma. Diante da possibilidade (que iria tornar-se ainda mais real alguns meses depois desse debate, em virtude

dos resultados das eleições) de extinção da carreira de servidor do INSS, criada com a reforma trabalhista e com a terceirização, somada a uma automação enviesada do sistema (INSS digital), cujo norte oculto é dificultar a concessão de benefícios ainda que passando por cima de critérios legais, Fábio diz que “a previdência que queremos” é apenas sonho. “Estamos aqui na luta pela previdência que podemos salvar”, disse.

Com larga experiência na defesa de trabalhadores, o advogado Antônio José de Arruda Rebouças, especialista em previdência e mediador desta mesa, diz que o poder judiciário tem retirado direitos dos cidadãos apenas alterando jurisprudências consolidadas, em grande parte estimulado pela campanha midiática para “salvar a previdência”. “Constatamos que inventam, no poder judiciário, normas que não constam de lei, nem de regulamentos, estabelecendo exigências para os segurados”, diz e cita dois exemplos de seu cotidiano. O primeiro de uma senhora que tinha direito de recorrer à junta de recurso no prazo de 30 dias e, ao dirigir-se à agência, descobriu que esse prazo seria apenas para fazer o protocolo de agendamento.

O segundo exemplo envolve um segurado cujo benefício cessou em 2015. “Propusemos ação em 2018. E não é que o tribunal confirmou a decisão do juiz, no sentido de que o INSS poderia mudar de opinião! É um descalabro. Então o meu cliente tinha que entrar com novo pedido e aí ele perderia uns 3 ou 4 anos de benefício”, contou Rebouças.

Fábio diz que o agendamento ocorre exatamente pelo déficit de servidores que existe na casa. O INSS conta, hoje, com 33 mil servidores. Destes, Fábio prevê que 18 mil deverão se aposentar em 2019. Segundo o diretor, 20% dos benefícios geram inconsistências, por causa da estrutura arcaica do INSS e da informatização incompleta e voltada a conter a concessão e não necessariamente operacionalizar os critérios legais de concessão. Nas agências, onde o segurado será obrigado a ir para resolver as pendências, enfrentará filas que já começam na triagem. “Na minha agência, por exemplo, houve períodos do ano passado em que o segurado esperava quatro horas para o atendimento. Imagine uma triagem em que você já espera meia hora, porque a fila vai até a rodovia. E depois você tem que esperar mais 4 horas para fazer o seu atendimento e, muitas vezes, precisa retornar porque faltaram documentos”, conta.



IDEC

“A previdência que queremos é apenas sonho. Estamos aqui na luta pela Previdência que podemos salvar”



“Dos 33 mil servidores do INSS, 18 mil irão se aposentar em 2019”

Com o argumento de que os segurados não podem se “acomodar”, o INSS alterou o cálculo de benefícios de longa duração, de forma a reduzir o valor. Também criou critérios que adiam e dificultam o processo, como o abortamento do pedido de reconsideração do resultado de uma perícia médica, que permitia ouvir uma segunda opinião. “Hoje só tem o direito do recurso administrativo”, diz. Aquele, do caso que o doutor Rebouças contou. A dificuldade e o sofrimento em atender trabalhadores em desespero tem levado vários servidores a preferirem o trabalho interno, nos polos de análise de benefício. “Com ar-condicionado e condições um pouco melhores, em detrimento do atendimento à população. Isso é um problema generalizado e muitos desses servidores apoiam as medidas que foram feitas de reestruturação do INSS, que, apesar do viés de modernização com INSS digital, na prática é uma tremenda retirada de direitos”, afirma. No INSS Digital, o segurado preenche um protocolo que será depois analisado internamente – pelos servidores que restam nos polos de análise, ou terceirizados na forma de teletrabalho ou via web, em casa.

Os servidores já não podem dar a resposta da perícia no dia, pessoalmente. A resposta só pode ser dada a partir das 21 horas, por telefone ou pela internet. “Para garantir a segurança do ato pericial, garantir a segurança do perito. Particularmente acho um absurdo”, diz. O diretor fala ainda, rapidamente, sobre o vai e vem dos períodos de carência para que o trabalhador recupere sua qualidade como segurado quando perde um benefício por desemprego, por exemplo. “Antes era preciso cumprir apenas um terço desta carência. Com a adoção de medidas provisórias, durante um período era preciso ter novamente os 12 períodos de contribuição. Em outros momentos foi revogado e voltou a ser um terço e hoje é metade do tempo”, explica. Rebouças acusa setores do judiciário de conivência com essa situação, justificada pela adesão ao discurso presente na mídia, de que é preciso salvar o país e salvar a Previdência Social. “É um descalabro”, desabafou.

#### **Previdência não é seguradora**

“Ela não pode funcionar como se fosse um contrato, que você paga para depois receber e só recebe o tanto que pagou estritamente e gerando lucro para alguém, que é o que acontece na seguradora. A Previdência precisa urgentemente ter um replanejamento na sua arrecadação”, afirma Flávio. Maria Lúcia explica que o déficit aparece justamente porque os defensores da Emenda Constitucional 287, da reforma, não consideram o conjunto de fontes de receita que compõem o orçamento previdenciário, somam apenas as contribuições sobre a massa salarial. Por que eles querem desviar os recursos da Previdência para o pagamento de juros.

Flávio alerta para o crescimento contínuo da participação das contribuições sobre a massa salarial, pagas por empregados e empregadores, no orçamento da Previdência Social ocorrido a partir de 2005, o que afronta o princípio constitucional da diversidade de fontes de financiamento. “Aumentou de 40% em 2005, para 60% em 2016 (último dado disponível). Um aumento de 50%, aprofundando o lastreamento do financiamento na própria massa salarial do participante que vai receber essa Previdência no futuro”, conta. Essa concentração na massa salarial é definida pelo professor como insana, no sentido que Einstein dá ao termo “insanidade”, que é repetir um determinado procedimento esperando resultados diferentes.

O orçamento previdenciário é formado também pela Cofins, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, como o nome diz, especificamente criada para isso. Há ainda verbas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da Contribuição sobre Concursos de Prognósticos. Eduardo, da Unicamp, vê a história se repetir na campanha do déficit. “Eu vejo a tentativa de se fazer o que está se fazendo hoje, desde 1988, desde quando

o (José) Sarney, que era presidente da República, foi em cadeia nacional de rádio e televisão dizer aos congressistas constituintes: Se os senhores aprovarem essa constituição e o estado social, o país será ingovernável. E a pecha de ingovernabilidade permaneceu durante todos esses anos. Agora ela se transformou na ideia de que as demandas sociais, a democracia, não cabem no orçamento. É a mesma tese. Não tem diferença”, lembra.

Maria Lúcia diz que a solidariedade geracional está sendo inviabilizada por causa da política monetária suicida do Banco Central, que dá privilégios ao sistema financeiro e desvia recursos do Estado por meio de mecanismos que geram dívida, que ela chama de sistema da dívida. Segundo os cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida, esses mecanismos fizeram a dívida crescer R\$ 732 bilhões só em 2015 (leia mais na pág.46). Flávio lembra ainda outros princípios afrontados pela reforma, como o da universalidade. “Significa que nós não podemos excluir pessoas da Previdência, que é o objetivo da proposta de Emenda Constitucional 287, restringir cada vez mais a base”, afirma.

A Constituição também diz que a previdência deve permitir que as pessoas se sustentem com os rendimentos pagos, exatamente o contrário do que vem sendo postulado na proposta. “Não consigo entender que isso seja alguma coisa accidental. Isso é um projeto, um projeto de aprofundamento de uma aparente crise que depende desse pressuposto (de que o trabalhador deve financiar a própria previdência), que como eu disse, é falso, para continuar dando lastro argumentativo retórico para propor reforma em cima de reforma, para retrain a proteção previdenciária”, diz o advogado.

Os servidores públicos têm conseguido, a duras penas, segundo Flávio, manter o regime administrativo, que dilui a previdência no orçamento fiscal, protegendo os seus beneficiários, sejam ativos ou aposentados, nas questões de sustentabilidade ou de déficit e superávit. “Esse regime deveria ser também o da previdência geral. A Previdência Social que queremos tem que deixar imediatamente de ser gerida como uma seguradora. Previdência Social é social”, afirma.

Flávio defende, além do replanejamento urgente da arrecadação de recursos, uma reforma tributária profunda, que implante a verdadeira progressividade na arrecadação.

O professor Eduardo disse que estávamos, naquele momento (véspera do segundo turno das eleições), diante de um dilema crucial. “Ou teremos candidatos do campo progressista, vamos dizer assim, que ao menos interrompam esse processo criminoso. Ou, caso a direita ganhe, vamos concluir esse processo de destruição de uma forma avassaladora. Essa é a gravidade do momento atual”, disse.

## Escândalo, escândalo, escândalo

**Anatocismo** – “Os juros são arbitrados em reuniões de representantes do mercado financeiro dentro do Banco Central. É um escândalo. Anatocismo, juros sobre juros, ilegal. Estamos emitindo título para pagar juros, afrontando o artigo 167 da Constituição. Estamos contabilizando juros como se fosse amortização, fazendo essa manobra para esconder contabilmente o valor gasto com juros.”

**Swap cambial** – “Você deve estar vendo esses dias, que o dólar está explodindo. Já está em quatro vírgula não sei quanto. E o Banco Central oferecendo contratos de swap cambial. Olha o nome de novo. Eles colocam esse nome para que ninguém entenda, porque vocês e todo povo brasileiro é quem está pagando o prejuízo dessa farra. O que é o swap cambial? É um contrato que o Banco Central faz, principalmente com instituições

### PEC 287

## O Averso da Previdência que queremos

- Quebra do princípio da solidariedade entre as gerações

- Fim da responsabilidade do Estado

- Protege fundos financeiros ao abrir espaço para planos individuais

- Trabalhador fica em risco, sujeito ao funcionamento do mercado financeiro

A Reforma da Previdência foi pensada para diminuir a fatia que ela consome do orçamento, deixando mais dinheiro para pagar a dívida

financeiras, dizendo o seguinte: se o dólar subir, eu te pago a diferença. Aí vocês podem falar: mas se o dólar cai? Nesse caso, tem o swap reverso: se o dólar cair, o Banco Central paga diferença. E outro dia nós vimos que existe o swap de arrependimento: se um investidor faz um swap achando que vai cair e de repente começa a cair, ele muda. Tem o swap de arrependimento, que tal? Tem parecer de auditor do TCU falando que isso tudo é ilegal, que é uma mera aposta, e continua acontecendo porque quem paga a conta está calado.

**Crise fabricada** – Eu pergunto a vocês, o Brasil teve alguma praga? O que provocou essa crise aqui? Nós batemos o recorde de safra agrícola, recorde de safra de exploração mineral, descobrindo novas jazidas, gente para trabalhar, clima saudável, terra melhor que existe, água, fontes energéticas, todos os minerais estratégicos (tem) nesse país. O que provocou a crise aqui mesmo? Foi essa política monetária! Praticamos juros de 14, 25% ao ano durante quase dois anos, enquanto o mundo inteiro estava praticando juros zero ou negativo. Em 2015, o prejuízo com swap cambial foi de R\$ 90 bilhões. Em um ano! Gente, 90 bilhões é o orçamento anual da educação. Só em 2015 nós emitimos além do necessário, R\$ 480 bilhões em títulos e depois que emite o título, no dia seguinte já tem que pagar juro. Emitiram meio trilhão de reais em títulos e a remuneração da sobra de caixa dos bancos atingiu em 2015, R\$ 1 trilhão o ano inteiro. Agora já está em R\$ 1,2 trilhão. Em 11 meses de 2015 a dívida cresceu R\$ 732 bilhões. O volume de investimentos em 2015 foi quanto? R\$ 9,6 bilhões. Todo esse crescimento da dívida foi para financiar a política monetária do Banco Central, por isso que nós publicamos o artigo “O Banco Central está suicidando o Brasil”.

**Querem privatizar a Casa da Moeda** – Não tem dinheiro para imprimir (moeda), então aprovaram a Lei 13.416, que autoriza imprimir o real no exterior (sem licitação). Quem vai controlar? Ao mesmo tempo estão permitindo a venda de empresas e terras para estrangeiros. Aí o dinheiro é impresso lá fora e chega alguém com malas de dinheiro. Isso não é ficção, ninguém vai esquecer aquela foto do apartamento do Geddel (Vieira Lima). Malas de dinheiro sem saber onde foram impressos, comprando fazendas em tudo quanto é lugar, empresa em tudo quanto é lugar. Gente, olha que avacalhação! Desde a idade média, um país, uma nação é reconhecida por sua capacidade de cunhar a própria moeda. É projeto do Banco Central, enviado para a Câmara e aprovado na surdina. Graças às nossas denúncias, a Casa da Moeda entrou com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e barrou a licitação, que já estava acontecendo.

**Depósito voluntário remunerado** – “Hoje sobra no caixa dos bancos cerca de R\$ 1,2 trilhão de reais. A gente nem sabe quanto é isso, estou falando de quase 20% do PIB, uma montanha de dinheiro. Por que esse dinheiro sobra? Porque para emprestar, os bancos querem juros de 200, 400% ao ano e aí, sobra. O que o Banco Central faz? Aceita essa sobra de caixa dos bancos e remunera isso diariamente. Diariamente. Como é que ele faz para remunerar? Entrega títulos da dívida pública para os bancos. Então, R\$ 1,2 trilhão da nossa dívida são títulos sendo usados para remunerar a sobra de caixa dos bancos. Vocês sabiam disso? Nos últimos quatro anos gastamos quase meio trilhão de reais para remunerar sobra de caixa dos bancos. É ilegal esse procedimento. Sabe o que o Banco Central fez? Enviou para Câmara, em dezembro de 2017, o Projeto de Lei 9248, que cria a figura do depósito voluntário remunerado, de tal maneira que os bancos vão poder depositar voluntariamente a sua sobra de caixa e o Banco Central vai remunerar. Nós temos denunciado, aí em vez de abrir processo e penalizar esse rombo de recurso público, estão criando uma lei para legalizá-lo.

# Sequestrados pelo sistema financeiro



Em 2017, quase 40% dos R\$ 2,483 trilhões executados pelo orçamento da União foram usados para pagar a dívida pública segundo cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida, entidade civil que desde 2001 se dedica a estudar como foi feita e o que compõe essa dívida. Em valores absolutos, isso é pouco mais de R\$ 985,7 bilhões. “Educação ficou com 4%, a saúde 4% e a Previdência ficou com mais de 25%. Por isso ela é tão atacada. Por que é onde ainda tem recursos para tirar”, explicou a professora Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã, na abertura do terceiro dia do Congresso. “Quero mostrar onde a Previdência Social se encaixa no sistema da dívida”, avisa, e mostra que, de 1995 até 2014, o Brasil economizou – ou seja, retirou – R\$ 1 trilhão, por meio de contingenciamentos e cortes de despesas, para gerar superávit primário, que garante o pagamento do serviço da dívida.

E que neste mesmo período, o estoque da dívida interna saltou de R\$ 89 bilhões para R\$ 4 trilhões. “A dívida não cresceu em decorrência da ganância com os direitos sociais como diz a grande mídia e como diz o governo. Cortamos R\$ 1 trilhão e a dívida saltou de R\$ 89 bilhões para R\$ 4 trilhões”, repete a auditora, que mostra nesta palestra, passo a passo e de forma didática, que o serviço da dívida foi organizado para funcionar como um esquema de desvio de recursos da União para o sistema financeiro.

Na verdade, um sequestro dos recursos públicos por uma pequena parcela da sociedade, os rentistas, por meio de um conjunto de mecanismos de geração de dívida pública que ela chama de “sistema da dívida”.

Maria Lúcia afirma que todas as reformas propostas – trabalhista, da previdência e a tributária – estão conectadas e servem para manter o fluxo de juros sempre crescendo. Esse ajuste fiscal promovido nos últimos 20 anos para garantir o superávit primário foi, segundo a auditora, transformado em regra constitucional com a Emenda Constitucional 95, a PEC do Teto, que congela os gastos públicos – em saúde, educação, assistência social e manutenção do Estado – por 20 anos, menos os gastos com a dívida, porque o serviço da dívida não é gasto primário. “Tudo que sobrar (do orçamento) só pode ir para pagar a dívida. Isso, gente, é uma aberração! Não tem a menor lógica, a não ser a lógica do privilégio financeiro”, afirma.

A Reforma da Previdência foi pensada para diminuir a fatia que ela consome do orçamento, deixando mais dinheiro para pagar a dívida segundo a auditora. “A trabalhista é a mesma coisa, criou o trabalho inter-

## Juro consome 39% do orçamento

*Estes números são compilados todo ano pela Auditoria Cidadã com base nos dados oficiais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que contabiliza os pagamentos efetuados pelo setor público. O total de recursos usados para pagar a dívida tem correspondido, a cada ano, a quase metade do orçamento total. A soma que chega a este índice tem sido questionada, segundo Maria Lúcia Fattorelli, por grupos ligados ao mercado financeiro: estaria equivocada porque contabiliza juros e amortizações da dívida pública pagos com recursos obtidos por meio de novos empréstimos; que estaria errado, pois inclui a chamada “rolagem” da dívida, as amortizações, pagas por meio da emissão de novos títulos, e isso seria apenas uma troca de títulos antigos por novos. “Em 2017, por exemplo, dos quase R\$ 1 trilhão gastos com juros e amortizações da dívida pública, o governo alega que R\$ 458 bilhões corresponderam à chamada ‘rolagem’, enquanto foram pagos de juros apenas R\$ 203 bilhões, mesmo em um ano no qual o custo médio da dívida federal foi de 10,29% ao ano (segundo o Tesouro), incidentes sobre um estoque inicial de R\$ 4,509 trilhões. Isso resultaria em um pagamento de juros próximo à faixa dos R\$ 464 bilhões, e não de apenas R\$ 203 bilhões. Portanto, estimamos que cerca de R\$ 261 bilhões foram retirados da conta de juros e misturados à chamada ‘rolagem’. Sem esta artimanha contábil, dos cerca de R\$ 1 trilhão de juros e amortizações da dívida pública, somente R\$ 197 bilhões corresponderiam à chamada ‘rolagem’”. O artigo completo está em [www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades](http://www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades).*

Nos últimos  
quatro anos  
gastamos quase  
meio trilhão de reais  
para remunerar  
sobra de caixa  
dos bancos

mitente; e a da Previdência, exige 25 anos de contribuição no mínimo. Como uma pessoa que trabalha dois dias por semana, ou os mais vulneráveis, os rurais, que trabalham apenas na safra; como esse pessoal vai completar 25 anos de contribuição? Só se viverem mais de 120 anos”, diz. Sobre a reforma Tributária, pouco discutida, informa que o projeto em análise, que tem relatoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) transforma contribuições sociais em imposto. “As contribuições sociais, pela Constituição, são vinculadas ao orçamento da Seguridade Social. O que vai acontecer quando se transformarem em imposto? Acabou a vinculação, vai para o caixa único, e daí para onde? Livre para pagar dívida pública”, afirma.

O serviço da dívida exige também, segundo Maria Lúcia, um programa contínuo de privatização. “Estamos perdendo nosso patrimônio desde Collor, passando por Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer, porque todos privatizaram. O dinheiro das privatizações vai quase que todo para pagar a dívida”, garante. Exige ainda uma política monetária suicida, que pratica a taxa de juros mais alta do planeta, impede a economia de funcionar e cria um país de agiotas. Ela cita ainda as benesses tributárias como mais uma exigência do serviço da dívida, e destaca a que isenta o investidor estrangeiro. “Qual a razão disso, se o trabalhador que ganha R\$ 5 mil paga 27% de imposto, mais contribuição social? Por que o estrangeiro, que recebe os juros mais altos do mundo, é isento?”, pergunta.

Maria Lúcia denuncia por fim, a criação de um esquema que desvia os recursos arrecadados com impostos antes mesmo de chegarem aos cofres públicos, chamado securitização de créditos. Uma espécie de “consignado” para entes públicos, feito sobre a arrecadação. Ela diz ter identificado esse tipo de “artimanha” em 2015, quando trabalhou na auditoria da dívida da Grécia, convidada pela deputada do Syriza, Zoe Konstantopoulou, para compor o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega. “Olha o nome. Ninguém entende o que é isso. É um esquema para gerar dívida pública”, explica. Nestes contratos, é criada uma conta vinculada entre o credor – a instituição financeira- e o devedor, no caso, o Estado. Os créditos da arrecadação vão primeiramente para essa conta, de onde é retirada a parcela da dívida antes que os recursos cheguem aos cofres públicos. “Nunca vi nada mais escandaloso do que esse esquema”, afirma.

A razão dos problemas fiscais do país, afirma a auditora, são os gastos com esses mecanismos que geram dívida pública, não a Previdência, saúde, educação e segurança. “Porque vou falar para vocês, se a dívida estivesse crescendo, mas o dinheiro estivesse indo para investimentos públicos, eu estava aqui hoje batendo palma para essa dívida”, afirma. Todo esse dinheiro vaza para o próprio mercado financeiro, via pagamento de juros exorbitantes e sem justificativa “técnica, política, jurídica e econômica”. Em tom de indignação, Maria Lúcia desafia os economistas que criticam seu trabalho na auditoria da dívida. “Eu desafio qualquer economista a debater comigo. Não existe justificativa”, insiste. Mais do que injustificado, os juros da dívida são ilegais segundo os estudos da Auditoria Cidadã, porque se trata de cobrança de juros sobre juros, uma operação conhecida por anatocismo e que é ilegal, segundo Maria Lúcia. Segundo cálculos da Auditoria Cidadã, esses mecanismos fizeram a dívida crescer R\$ 732 bilhões só em 2015. “Isso é dívida, gente? Isso não é dívida”, diz Maria Lúcia, que acusa o Banco Central. “Essa crise foi fabricada por essa política monetária”, diz.